



Nº 69 - MARÇO/ABRIL DE 2019

JORNAL DA APUB

SINDICATO DOS PROFESSORES DAS INSTITUIÇÕES
FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR DA BAHIA

A quem interessa a Reforma da Previdência?

Páginas 4 e 5

Educação:
o campo
de batalha

Página 6

Corte de
Adicionais
Laborais

Página 3

De mãos dadas

A Apub iniciou 2019 com uma nova gestão e grandes desafios. O Brasil escolheu pelo voto um presidente que nega a própria Democracia e ameaça direitos sociais, civis e a existência de uma Universidade pública, gratuita, autônoma e livre. Diante dessa grave conjuntura, como devemos nos reorganizar para luta? Quais os caminhos para o campo progressista reconquistar as bases seduzidas pelos discursos protofascistas da chamada “nova direita”? E quais as responsabilidades do movimento sindical? São essas as perguntas que nos guiam neste ciclo e, esperamos construir essas respostas no coletivo e em unidade. O movimento sindical como um todo é hoje alvo de ataques – como já bem demonstrado pela Medida Provisória 873, que dificulta o recolhimento das contribuições sindicais; e o movimento docente é alvo duplamente, pois na guerra cultural que o novo governo quer promover a qualquer custo, os professores e as professoras são os principais inimigos. O Ministério da Educação está mergulhado em disputas (pág. 7), a Reforma da Previdência visa desconstruir qualquer sentido de proteção social e de serviço público (pág. 4) e, mesmo antes dela, cortes em adicionais (pág. 3) e perseguições diversas já estão na ordem do dia. Ainda assim, resistimos (pág. 8). Independentemente da nossa vontade, nós, docentes, estamos na linha frente dessa dura batalha – que veio antes de nós, e continuará depois que tivermos passado. Saibamos, pois, ter a sabedoria e força; a disposição e a serenidade; a firmeza nos ideais e a abertura para ouvir o contraditório. Sigamos, sempre, de mãos dadas.



Guilherme Radel (1930-2019) – O primeiro presidente da Apub

As árvores se conhecem pelos frutos. Um dos muitos e bons frutos da vida de Guilherme Radel foi a criação, em 1968, da Apub, instituição da qual ele foi o primeiro presidente. O professor emérito da Escola Politécnica da UFBA faleceu no dia 11 de janeiro, aos 88 anos. Deixou sua importante contribuição na história do movimento docente, da Universidade e também da engenharia na Bahia. Formado em Engenharia Civil e Elétrica, foi professor de hidráulica e presidiu o Instituto Politécnico da Bahia. Deixou também

seu legado como escritor em diversos estilos literários. Membro da Academia Baiana de Letras, ocupava a cadeira de número 3 desde 2014 e escreveu obras como “A cozinha sertaneja da Bahia”, “A cozinha africana da Bahia” e “A longa Viagem”. Na área técnica, escreveu livros como “A obra pública ou um dos diálogos que Platão não escreveu”. Em agosto de 2018, em virtude da comemoração dos 50 anos da Apub, o professor foi um dos homenageados na celebração realizada Museu de Arte Sacra da UFBA.



Nota de pesar pelo falecimento da professora Iracy Picanço

A Apub Sindicato lamenta o falecimento, neste dia 30 de março, da professora Iracy Silva Picanço, aposentada da Faculdade de Educação da UFBA. Nascida em Salvador, 1939, foi durante toda a vida uma militante da democracia e da educação brasileira. Pedagoga e mestra em educação, iniciou sua carreira em 1958 como professora primária; já docente da UFBA, foi demitida nos primeiros dias da Ditadura Militar, quando sofreu perseguições, junto com sua família, por conta de sua atuação política. Anistiada em 1979, retorna à universidade, inicialmente como servidora técnica – quando participa da criação da Assufba Sindicato – e posteriormente como docente, atuando na Apub. Foi diretora da Faced/UFBA entre 1995 e 1999 e vice-diretora entre 2008 e 2012.

CANAIS DE COMUNICAÇÃO DA APUB SINDICATO

 www.apub.org.br
 71 3235-7433
 71 9.9157-0037
 apub@apub.org.br
 [apub.sindicato](https://www.facebook.com/apub.sindicato)
 [apubsindicato](https://twitter.com/apubsindicato)
 [ApubSindicato](https://www.youtube.com/ApubSindicato)
 [apubsindicato](https://www.instagram.com/apubsindicato)



APUB SINDICATO DOS PROFESSORES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR DA BAHIA - Rua Aristides Novis, 44, CEP 40210-630, Federação - Salvador - Bahia - 71 3235-7433, apub@apub.org.br - www.apub.org.br - [facebook.com/apub.sindicato/](https://www.facebook.com/apub.sindicato/) - twitter.com/apubsindicato - **DIRETORIA:** Presidente: Raquel Nery Lima Bezerra, Vice-presidente: Emanuel Lins Freire Vasconcelos, Diretor Administrativo: Nildo Manoel da Silva Ribeiro, Diretora Financeira: Marta Lúcia Teles Brito de Jesus, Diretor Acadêmico: Jailson Alves dos Santos, Diretor de Comunicação e Cultura: Cláudio André de Sousa, Diretor Social e de Aposentados: Joviniano Soares de Carvalho Neto. **CONSELHO FISCAL:** Titulares: Ricardo

Fernandes Carvalho, Auristela Felix de Oliveira Teodoro e Ubiratan Felix Pereira dos Santos. Suplentes: Eliete da Silva Bispo e Rutildes Moreira da Fonseca. **CONSELHO DE REPRESENTANTES** (Titular/Suplentes): UFBA-SSA: 1. Daniel Tourinho Peres (FFCH)/Fátima Regina Gomes Tavares (FFCH), 2. Marize Souza Carvalho (FACED)/Merlan Muniz da Costa Viegas (Teatro), 3. Luiz Eugênio (ISC)/Maria de Nazareth Viana (Farmácia/Aposentada); UFBA - IMS/Vitória da Conquista: 1. Daniele Souto Medeiros (IMS)/Vivian Carla Honorato dos Santos de Carvalho (IMS/CAT); UFRB: 1. Claudia Feio da Maia Lima (CCS)/Maria de Fátima da Silva Pinto Peixoto (Aposentada); IFBA: 1. Eloisa Santos Pinto (IFBA)/ José Antonio Alves Miranda (Aposentado); UNILAB - Campus Malês: Clarisse Goulart Paradis/ Enzo Lenine Nunes Batista Oliveira Lima (IHL-Malês). **REDAÇÃO:** Anaíra Lôbo, Carolina Guimarães, Jordan Dafné, ascom@apub.org.br, WhatsApp: 71 9.9157-0037. Diagramação: Carlos Vilmar. Impressão: Gráfica GRASB. Tiragem: 3.500 exemplares. Fechamento da edição: 01/04/2019.

► INSALUBRIDADE

Perigo iminente

Cortes de adicionais laborais reforçam retrocessos de direitos trabalhistas

Sem qualquer preocupação com a segurança e saúde dos trabalhadores e em mais uma manobra para tentar retirar direitos conquistados e garantidos pela Constituição, o atual governo anunciou no início deste ano a decisão de cortar os adicionais de insalubridade, periculosidade, exposição a raio-x e ionizante a partir da folha de janeiro de 2019.

Esta situação, para além de representar um descaso e desrespeito com a vida dos profissionais que são expostos recorrentemente a condições e materiais perigosos em suas atividades de trabalho, reforça a lógica de retrocesso e retirada de direitos que se faz presente desde o golpe de 2016 e coloca o atual governo como o principal perigo a ser combatido. Para Raquel Nery, presidenta da Apub, as dificuldades crescentes na concessão dos adicionais estão atreladas à conjuntura, na qual há uma mudança na própria concepção de Estado e do papel do servidor público, e atende também aos objetivos da Emenda Constitucional 95 (teto de gastos).

Entenda o caso

O Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (SGP/MP) determinou prazo de abril a outubro de 2018 para a obrigatória migração dos dados de pagamento dos adicionais ocupacionais (insalubridade, periculosidade, irradiação ionizante ou gratificação por trabalhos com raios-x ou substâncias radioativas) do SIAPENET para o novo módulo SIAPE Saúde, encerrando as concessões que ainda estariam sendo feitas no SIAPENET, até elaboração e registro de novos laudos técnicos (Comunicados SIAPE n.º 560272 e n.º 560296).

O prazo foi estendido até dezembro de 2018, mas, ainda assim, conforme informou a ANDIFES, das 63 Universidades Federais, 86,7% alegaram a im-



Imagem: www.bioback.nl

possibilidade de cumprir o prazo; 50% indicaram que precisariam de prazo mínimo de um ano para realizar a migração no sistema. A ANDIFES solicitou nova prorrogação de prazo, o que foi negado pelo governo Temer. As prévias dos contracheques mostraram que os adicionais de insalubridade e periculosidade foram suspensos e cerca de 500 professores/as serão prejudicados/as.

Ocorre que a própria Lei n.º 8.112/90 (art. 68, § 2º) assegura que *“o direito ao adicional de insalubridade ou periculosidade cessa com a eliminação das condições ou dos riscos que deram causa à sua concessão.”* O entendimento da APUB, portanto, é que a supressão dos referidos adicionais somente é possível com a elaboração de novo laudo que comprove a cessação das condições ou riscos que justificaram a concessão, observado sempre o devido processo legal no âmbito administrativo. Além disto, os professores hoje contemplados pelo adicional não podem ser penalizados pela deficiên-

cia/dificuldade estrutural e operacional das IFES em realizar a perícia dentro do prazo estipulado pelo governo.

Ações da APUB

Após ter tomado conhecimento da situação, a Apub oficiou a Administração Central da UFBA para fornecer as explicações sobre o corte dos adicionais. Em 21 de janeiro, o sindicato impetrou um Mandado de Segurança contra a UFBA por ilegal suspensão dos adicionais laborais. Nem os professores, nem a Apub haviam recebido anteriormente adequada comunicação. Para elaboração do mandado, o sindicato manteve contato com os órgãos administrativos da UFBA e com outros sindicatos de professores; levantou a documentação pertinente, inclusive a lista dos 395 professores prejudicados.

No dia 18 de fevereiro, a Apub também promoveu uma reunião acerca

do assunto no Auditório João Gonçalves do PAF I da UFBA, em Ondina, com a presença do advogado Pedro Ferreira e da diretoria do sindicato. Na reunião, o advogado informou que a juíza responsável pelo caso deliberou pela reunião do processo da Apub com o da Assufba – já que o problema afeta também os servidores técnicos-administrativos. Pedro Ferreira acrescentou que, embora essa decisão leve a um atraso na concessão da liminar, ele acredita que ela será favorável aos docentes e técnicos. “Irei conversar com a nova juíza, que está com o caso da Assufba, e pedirei agilidade. Acredito que iremos conseguir uma decisão favorável, inclusive com a possibilidade de pagamento retroativo”, afirmou. Ele considera ainda, que a preocupação daqui para a frente deve ser o acompanhamento da realização de novos laudos técnicos que embasem o pagamento dos adicionais. ■

► APOSENTADORIA

A quem interessa a Reforma da Previdência?

Discurso do governo fala em combate a supostos privilégios e “déficit fiscal”, ocultando o verdadeiro significado da Reforma: a total desobrigação do Estado com a Seguridade Social

O governo de Jair Bolsonaro apresentou no dia 20 de fevereiro o texto oficial da sua Reforma da Previdência. Vendida – e comprada por muitos – como a imprescindível solução para os problemas fiscais do país, a PEC 06/2019 propõe uma mudança radical no próprio Sistema de Seguridade Social e do papel do Estado como garantidor de condições mínimas de dignidade a cidadãos e cidadãs após uma vida de trabalho. A PEC está calcada em dois eixos: por um lado, aumentar

abaixo do Salário Mínimo. Ainda que se mantenha o sistema de repartição simples no Regime Geral da Previdência Social (INSS), o aumento do tempo de contribuição casado com o aumento da idade mínima podem ter o efeito de postergar tanto a aposentadoria que, simplesmente, muitos trabalhadores não conseguirão se aposentar. Isso é verdade especialmente para as mulheres e os trabalhadores rurais. Caso o sistema de capitalização seja instituído, a situação piorará sobremaneira.

Déficit?

Uma das justificativas para a Reforma seria o déficit do sistema Previdenciário – tanto no Regime Geral quanto nos Regimes Próprios. Essa é uma narrativa que desconsidera tanto como funciona o financiamento da Previdência Social quanto quais as razões para este suposto desequilíbrio fiscal. Conforme explica Ana Georgina, o artigo 195 da Constituição “diz que ‘a seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das contribuições sociais. A base ampla e diversificada de financiamento da Seguridade garante menor dependência das contribuições sobre os rendimentos do trabalho. Sendo assim, as receitas previdenciárias não são oriundas só das contribuições dos trabalhadores e empregadores. Desse modo, a ideia de déficit precisa ser vista com cautela, ainda que nos últimos anos tenha havido desequilíbrios entre receitas e despesas previdenciárias.” Uma das causas desse desequilíbrio são a própria crise econômica pós 2015 e a precariedade dos empregos, aprofundada pela Reforma Trabalhista, que empurra muitos trabalhadores para o mercado informal, sem contribuição para a Previdência. Em artigo publicado em março deste ano no portal *ExtraClasse*, a Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida Pública, Maria Lúcia Fattorelli, esclarece que “a insuficiência de contribuições sociais não se deve a um problema no modelo de Previdência Social solidária, mas sim à ‘crise’, que no caso brasileiro foi

fabricada pela política monetária do Banco Central, que quebrou inúmeras empresas, provocou desemprego recorde e derrubou o PIB. Empresas quebradas, desempregados e informais não contribuem para a Previdência. Esse é o problema, e não a longevidade das pessoas ou a solidariedade do modelo”, escreve ela.

Como ficam os/as professores/as?

Professores e professoras do Ensino Básico e do Magistério Superior sofrerão também impactos específicos, já que a Reforma pretende, na prática, extinguir as diferenças entre o Regime Geral e o RPPS (Regime Próprio da Previdência Social). Docentes que ingressaram no serviço após 2013, com a regulamentação da Funpresp, já recebem aposentadorias limitadas ao teto do Regime Geral. A Reforma ameaça a sustentabilidade da própria Funpresp, já que ela possibilita que o governo patrocine planos de previdência complementar dos bancos, gerando concorrência; além disso, servidores públicos que recebem acima do teto terão aumento progressivo da alíquota de contribuição, que pode chegar a 22%. Outro ponto é que a PEC modifica a forma de cálculo do benefício, prejudicando especialmente os/as servidores/as da 3ª geração (ingressantes entre 01/01/2004 e 03/02/2013) e da 4ª geração (ingressantes a partir de 04/02/2013) que são os que terão importante redução dos proventos de aposentadoria se não alcançarem 40 anos de contribuição (veja na página ao lado).

“Alguns países, a exemplo do Chile, que adotaram esse sistema, estão fazendo o caminho de volta, uma vez que o empobrecimento dos idosos chegou a níveis alarmantes”
Ana Georgina.

ao máximo os obstáculos para que o/a trabalhador tenha acesso ao benefício – este já em valor reduzido – e por outro, a destruição do sistema atual de repartição e solidariedade intergeracional, substituindo-o pela capitalização, no qual cada pessoa, individualmente, poupa parte do salário para a aposentadoria. Trata-se da inversão total dos princípios da Constituição de 88 e da transformação da aposentadoria de um direito de todos e todas para um privilégio de quem conseguir economizar. É o que alerta a Supervisora Técnica do Dieese na Bahia, Ana Georgina Dias: “haverá elevação do tempo de contribuição, aumento da idade mínima para aposentadoria e o piso para os benefícios da Assistência Social poderá ficar, em alguns casos,

Um sistema de capitalização transfere para o trabalhador toda a responsabilidade pela sua proteção social. Num mercado de trabalho heterogêneo como o brasileiro, mesmo antes da Reforma Trabalhista que flexibilizou vários direitos, com o alto nível de rotatividade e o elevado desemprego, não é exagero supor que muitos trabalhadores ficarão ainda mais desprotegidos na velhice”. Cabe lembrar ainda que no sistema da capitalização, a gestão das economias dos/as trabalhadores/as é entregue a empresas privadas que aplicam no mercado especulativo. “Alguns países, a exemplo do Chile, que adotaram esse sistema, estão fazendo o caminho de volta, uma vez que o empobrecimento dos idosos chegou a níveis alarmantes”, afirma Ana Georgina.

Esses ataques servem à narrativa de que a Reforma estaria combatendo privilégios. “Talvez a parte mais ardilosa da guerra de comunicação que enfrentamos agora por causa da Previdência é a ideia de que quem é contra a Reforma tem privilégios. Porém, quem tem mais interesse nela é o mercado financeiro”, afirma a professora Raquel Nery, presidenta da Apub. “Os professores já pagam a alíquota de 11%, inclusive os aposentados. Há previsão de aumento, que pode chegar a 16,5%. Mais 27,5% de imposto de renda, teríamos cerca de 43% do nosso salário comprometido, o que é praticamente um confisco de salário pelo Estado”, alerta. Para ela, a luta contra a Reforma da Previdência contém também em si a defesa da ideia de serviço público. “Quando nós, professores das Universidades públicas, lutamos contra a Reforma da Previdência, estamos pensando no serviço público. Nós representamos um setor que é parte dessa ideia de que o Estado deve funcionar de uma determinada maneira, deve prover determinados serviços. É a ideia de serviço público, de funcionamento do Estado que está sendo toda desmontada”, finaliza. ■

REFORMA DA
PREVIDÊNCIA
NÃO

MAGISTÉRIO SUPERIOR

Professoras

TEMPO	30	IDADE	62
CONTRIBUIÇÃO	35	MÍNIMA	65

Professores



DOCENTES EBTT

TEMPO
CONTRIBUIÇÃO

30

IDADE
MÍNIMA

60

BENEFÍCIO INTEGRAL* SOMENTE COM

*100% da média de todas as contribuições

40

ANOS DE
CONTRIBUIÇÃO



MUDANÇAS NAS ALÍQUOTAS DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA

FAIXA SALARIAL	ALÍQUOTA
R\$ 3.000,01 a R\$ 5.839,45.....	14,0%
R\$ 5.839,46 a R\$ 10.000,00.....	14,5%
R\$ 10.000,01 a R\$ 20.000,00.....	16,5%

► ENTREVISTA: MÍRIAN REIS



Reescrevendo a História

A História do racismo brasileiro confunde-se com a própria História do Brasil. É justamente no processo de formação do país que encontramos a gênese dos imaginários e estruturas racistas que afligem as vidas de negros e negras até hoje. A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira foi criada em 2010 com um projeto inovador que busca reverter essa lógica. Para explicar um pouco mais desse projeto e pontuar os desafios da atual conjuntura, a Apub conversou com a professora Mirian Reis, diretora do Campus dos Malês da UNILAB, em São Francisco do Conde (BA).

APUB: Qual o projeto da UNILAB e o que ele representa nesta conjuntura de ataques à democratização da educação no Brasil?

Mirian: A UNILAB foi criada em 2010, é uma universidade jovem. Ela é fruto de um movimento progressista de expansão do ensino superior a partir do Reuni. Esse movimento de expansão visava levar para o interior o ensino superior e não é à toa que a UNILAB é uma das universidades que estão em cidades do interior, mas com um projeto diferenciado, pensando em uma aproximação e cooperação científica e acadêmica com os países africanos de língua portuguesa. Ao estreitar as nossas relações com a África, a partir do fazer acadêmico, o Brasil está também fazendo uma reparação de toda uma triste história relacionada ao tráfico de africanos para nosso país. Temos uma sede em Redenção, no Ceará, a primeira cidade do país a abolir o tráfico de pessoas escravizadas, mas na Bahia ela está em São Francisco do

Conde, no coração do Recôncavo baiano, que é um território muito marcado pela presença das pessoas negras descendentes de africanos. De forma geral, nos propomos a ser uma instituição que reescreve a história dos povos africanos no Brasil, promovendo uma travessia que traz jovens para aprender e nos ensinar, trabalhar conosco em uma perspectiva de cooperação.

APUB: Qual a contribuição da UNILAB para o debate sobre o racismo e desigualdade no país?

“ A gente defende que o próprio quilombola esteja na universidade e faça do seu conhecimento parte da sua pesquisa e nos ensine também, pois entendemos que os nossos saberes acadêmicos se complementam e se enriquecem no diálogo e na condução partilhada com nossos estudantes africanos e brasileiros, quilombolas, indígenas, ciganos, LGBTs”

Mirian: Quando a gente pensa em reescrever a história dos africanos e africanas no Brasil a partir da produção científica e do conhecimento, a gente também traz para frente da cena a discussão do racismo que no Brasil é estrutural e que está aí todos os dias nos mostrando que há muito o que fazer. A UNILAB é fruto de uma pressão dos movimentos sociais negros no momento em que o Brasil tinha um Ministério que falava da promoção da igualdade racial, um movimento progressista, pois era necessário comprometimento com políticas de reparação e promoção de equidade. Então a UNILAB, como fruto desses movimentos, tem como pauta o combate do racismo e isso está dito nos projetos de pesquisa que desempenha-

mos aqui, nos nossos currículos. Os projetos políticos e pedagógicos dos cursos que nós temos possuem um olhar diferenciado para a questão étnico-racial que contemple história, cultura africana e afro-brasileira, mas a gente também traz a valorização de saberes e conhecimentos que são transportados desse contato com a África. É daí que vem a importância de defender a UNILAB enquanto projeto acadêmico que se executa a partir de uma conexão entre o Brasil e a África lusófona, e no sentido de reescrever as epistemologias que es-

tão aí colocadas para nós, de combater e confrontar os discursos hegemônicos que buscam sempre colocar os povos negros em posições de subalternidade.

APUB: Quando falamos de políticas de “inclusão” e democratização na universidade, geralmente pensamos no acesso, especialmente dos e das estudantes. Você acredita que a UNILAB contribui para alargar esses conceitos, em termos de abrir espaço para outros saberes?

Mirian: Um dos maiores desafios para a interiorização é conquistar a permanência dos estudantes na universidade. É preciso pensar como garantir que eles tenham condições mínimas de estudo,

e isso é um desafio muito grande com os sucessivos cortes que o Programa Nacional de Assistência Estudantil está sofrendo. O auxílio estudantil é indispensável para manter na universidade estudantes de baixa renda, que vêm de outros municípios, estados e países e que enxergam na universidade a sua oportunidade de emancipação. Fazemos um esforço muito grande para que todos possam ser contemplados em programas de auxílio, embora a gente não tenha uma cobertura total, temos uma bastante ampla de brasileiros e africanos, a gente faz um investimento grande para a atração de estudantes em editais específicos, inclusive temos muita satisfação e orgulho em dizer que uma universidade tão jovem tem em seu corpo discente quase 90 estudantes quilombolas. A gente defende que o próprio quilombola esteja na universidade e faça do seu conhecimento parte da sua pesquisa e nos ensine também, pois entendemos que os nossos saberes acadêmicos se complementam e se enriquecem no diálogo e na condução partilhada com nossos estudantes africanos e brasileiros, quilombolas, indígenas, ciganos, LGBTs. Não é fácil, não é simples lidar com todas essas diferenças. Hoje temos um corpo docente muito comprometido com nosso projeto e, de um modo geral, as pesquisas estão afinadas com a nossa missão de manter a solidariedade entre os povos, respeitando as pluralidades de culturas e saberes. Essa é a nossa UNILAB, é o que fazemos todos os dias, a despeito dos cortes de recursos, das dificuldades de infraestrutura, mas que resiste, pois a gente acredita que trazemos conosco um legado e uma ancestralidade que nos sustenta e isso está muito ligado com a África, com a lusófona, com a África contemporânea, com a África que está lá no continente africano, mas também com a África da diáspora. ■

► EDUCAÇÃO

O campo de batalha

Ministério da Educação é cenário de disputas políticas e ideológicas do Bolsonarismo

Com poucos meses de governo Bolsonaro, percebe-se um Ministério da Educação envolto em numerosas “polêmicas” – seja em torno do próprio ministro Ricardo Vêlez Rodríguez, seja nas disputas entre a ala militar e o grupo identificado com o autointitulado filósofo Olavo de Carvalho, em sua cruzada contra uma suposta doutrinação de esquerda. Todo o debate sobre qualidade, financiamento e estrutura da educação brasileira parece eclipsado por questões como “ideologia de gênero”, execução do Hino Nacional e análise ideológica do Enem. Para a professora Marta Lícia Teles de Jesus, da Faculdade de Educação da UFBA e diretora financeira da Apub, existe uma estratégia no caos: “o governo tem uma estratégia, na minha leitura, que é organizar grandes blocos. Um deles que vai mobilizar o conservadorismo e uma forma de entender a educação para não dialogar com os movimentos sociais.

Por outro lado, os movimentos vão precisar sair de uma agenda pausada em responder a esse primeiro bloco, orquestrado pelo ministro da educação, mas também tem o papel da ministra Damares [Alves, ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos]. Ambos estão na linha de frente para fazer a discussão do que é a educação. Na escola e na universidade, a gente vai ter que enfrentar esse debate sobre o que é conteúdo, o que é ensinar, que é um debate que eles estão trazendo remontando o conceito do positivismo, neopositivista, como se pudesse ter alguma neutralidade em relação aos conteúdos escolares e acadêmicos”, avalia.

Essa agenda de costumes não está desvinculada do debate sobre a educação em termos econômicos ou do papel do Estado na sua garantia à população: “há toda uma desconstrução mais pesada para que



Ilustração: www.medium.com



Marta Lícia Teles de Jesus, da Faculdade de Educação da UFBA e diretora financeira da Apub

a educação deixe de ser um direito social e político. Começamos a nos mover em direção à educação como um serviço e deixando de entender a educação como um bem público, um bem coletivo que pode colaborar com o desenvolvimento da nação. Hoje, temos a reforma do Ensino Médio, que não é só uma reforma que tem um componente ideológico, existem também grupos organizados em torno de quem vai elaborar livros didáticos, materiais didáticos, promover formação de professores, então vamos ter toda uma movimentação de capital em torno de lucrar com a educação. Estas pautas conversam, tanto a questão da educação como mercadoria quanto a questão ideológica”.

Para Marta, o principal desafio é justamente avançar da pauta reativa para a propositiva e poder de fato discutir os projetos que nos interessam. “O PNE estabelece 20 metas discutindo com indicadores que

mostram a necessidade de investir em formação de educadores, em melhoria na oferta da educação infantil, no aperfeiçoamento e na qualificação de professores, doutores, mestres. Mas ele está inviabilizado porque a gente não discute as formas de financiamento para dar conta das metas estabelecidas. O que vai ser do PNE, do FUNDEB, que ano que vem está vencendo e precisamos discutir isso; estávamos avançando inclusive no CAQI, que era pensar um valor para discutir indicadores de qualidade para estudantes, mas não se fala mais nisso, porque de repente o problema das escolas não é mais investimento, não é mais melhoria de infraestrutura, melhoria de processos pedagógicos, o que se fala da escola é o que problema dela é porque ela tende a ensinar o que não deve ser ensinado. Eu, como professora, pergunto o que deve ser ensinado? Quem vai dizer o que deve ser ensinado?”, questiona. ■



Veja as mobilizações de rua do sindicato

► 17 de janeiro: Lavagem do Bonfim



► 20 de fevereiro: Ato contra a Reforma da Previdência



► 4 de março: Mudança do Garcia



► 8 de março: Dia Internacional de Luta das Mulheres



► 22 de março: Ato contra a Reforma da Previdência



► 1º de abril: Marcha do Silêncio

